



CARGO 3: ASSISTENTE SOCIAL – CLASSE A, PADRÃO I

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A mente aberta a novas ideias jamais volta ao seu tamanho original.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014

PROVAS OBJETIVAS
E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

A origem da polícia no Brasil

1 Polícia é um vocábulo de origem grega (*politeia*) que
passou para o latim (*politia*) com o mesmo sentido: governo de
4 uma cidade, administração, forma de governo. No entanto, com
o decorrer do tempo, assumiu um sentido particular, passando
a representar a ação do governo, que, no exercício de sua
7 missão de tutela da ordem jurídica, busca assegurar a
tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra
violações e malefícios.

No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500,
10 quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de
capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim
Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover
13 a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor
entendesse, em todas as terras que ele conquistasse. Registros
históricos mostram que, em 20 de novembro de 1530, a polícia
16 brasileira iniciou suas atividades, promovendo justiça e
organizando os serviços de ordem pública.

Internet: <www.ssp.sp.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,
julgue os seguintes itens.

- 1 Sem prejuízo da coerência textual, a palavra “tutela” (l.6) poderia ser substituída por **proteção**. **JUSTIFICATIVA – Tutelar e proteger são sinônimos.**
- 2 Não haveria prejuízo das informações veiculadas no texto, caso se substituísse “No entanto” (l.3) por **Portanto**. **JUSTIFICATIVA – A locução “No entanto” tem sentido adversativo e “portanto”, sentido conclusivo.**
- 3 O referente dos sujeitos das orações expressas pelas formas verbais “assumiu” (l.4) e “busca assegurar” (l.6) é o termo “Polícia” (l.1). **JUSTIFICATIVA – O sujeito da oração expressa pela forma verbal “busca assegurar” é o pronome “que”, cujo antecedente é “governo”.**
- 4 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Segundo registros históricos, a polícia brasileira iniciou suas atividades em 20 de novembro de 1530, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública. **JUSTIFICATIVA – A estrutura gramatical está correta, e o sentido do texto preservado.**
- 5 Conclui-se do texto que, atualmente, o termo polícia tem significado equivalente ao que apresentava em sua origem. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o texto, o termo polícia assumiu um sentido “particular”, portanto, mais restrito.**

1 A história constitucional brasileira está repleta de
referências difusas à segurança pública, mas, até a Constituição
Federal de 1988 (CF), esse tema não era tratado em capítulo
4 próprio nem previsto mais detalhadamente no texto
constitucional.

A constitucionalização traz importantes consequências
7 para a legitimação da atuação estatal na formulação e na
execução de políticas de segurança. As leis acerca de
segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar
10 em conformidade com a CF, assim como as respectivas
estruturas administrativas e as próprias ações concretas das
autoridades policiais. Devem ser especialmente observados os
13 princípios constitucionais fundamentais — a república, a
democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da
pessoa humana — bem como os direitos fundamentais — a
16 vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. O art. 144 deve ser
interpretado de acordo com o núcleo axiológico do sistema
constitucional em que se situam esses princípios fundamentais.

Cláudio Pereira de Souza Neto. *A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas*. Internet: <www.oab.org.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais desse texto, julgue os itens de 6 a 10.

- 6 Depreende-se do texto que uma das consequências da constitucionalização da segurança pública foi o amparo legal para a atuação do Estado em ações que visam à segurança. **JUSTIFICATIVA – É o que se depreende do seguinte trecho: “A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança”.**
- 7 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se suprimisse a vírgula antes da conjunção “mas” (l.2). **JUSTIFICATIVA – Nesse caso, a vírgula é obrigatória, pois separa oração coordenada adversativa.**
- 8 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o segundo período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: As leis que dispõem sobre segurança devem estar em conformidade com a CF tanto nos três planos federativos de governo quanto nas respectivas estruturas administrativas e nas próprias ações concretas das autoridades policiais. **JUSTIFICATIVA – A alteração da ordem dos elementos na estrutura gramatical prejudica o sentido original do texto e o emprego da forma verbal “dispõem”, no singular, prejudica a correção gramatical.**

- 9 Na linha 2, o emprego do acento indicativo de crase em “à segurança pública” justifica-se pela regência do termo “difusas” e pela presença do artigo definido **a** antes de “segurança pública”. **JUSTIFICATIVA – O acento justifica-se pela regência do termo “referência” e pela presença do artigo definido a antes de “segurança pública”.**
- 10 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o trecho “em que se situam esses princípios fundamentais” (l.18) poderia ser substituído por **aonde se situam esses princípios fundamentais**. **JUSTIFICATIVA – A substituição de em que por aonde prejudica a correção gramatical do texto.**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência a participar da sessão de encerramento do Fórum Nacional da Educação Básica, a se realizar em 18 de maio de 2014, às 20 horas, no auditório do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios, nesta capital.

Considerando o fragmento de comunicação oficial acima, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 Caso o fragmento apresentado seja parte de um ofício, nele devem ser incluídos o endereço do destinatário, o nome do órgão ou setor do remetente e respectivos endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico. **JUSTIFICATIVA – Segundo o MRPR, em seu item 3.3.2, o ofício segue o padrão ofício e deve conter, além do nome e do cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, o endereço. Além disso, deve constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício o nome do órgão ou setor, o endereço postal e o telefone e endereço de correio eletrônico do remetente.**
- 12 Caso o remetente dessa comunicação seja um ministro de Estado, o fecho adequado será **Atenciosamente**. **JUSTIFICATIVA – Em razão de os ministros — remetente e destinatário — serem autoridades de mesma hierarquia, o fecho adequado, nesse caso, é “Atenciosamente”.**

A respeito das correspondências oficiais, julgue os próximos itens.

- 13 Os termos técnicos, as siglas, as abreviações e os conceitos específicos empregados em correspondências oficiais prescindem de explicação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o referido manual, para fins de clareza, deve-se revisar o texto e “explicitar, desenvolver, esclarecer, precisar os termos técnicos, o significado das siglas e abreviações e os conceitos específicos que não possam ser dispensados” (item 1.4).**
- 14 Tanto o memorando quanto o telegrama caracterizam-se pela celeridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo o referido manual, o memorando tem como característica principal a agilidade e o telegrama deve ser usado em situações de urgência, logo ambos caracterizam-se pela celeridade.**
- 15 O documento adequado para um ministro de Estado submeter ao presidente da República projeto de ato normativo é a exposição de motivos; o adequado para ministro de Estado dirigir-se a outro ministro de Estado, independentemente da finalidade da comunicação, é o aviso. **JUSTIFICATIVA – Conforme o MRPR, em regra, a exposição de motivos é dirigida por ministro de Estado ao presidente da República para informá-lo de um assunto, propor alguma medida ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Para a comunicação com autoridade de mesma hierarquia (no caso, outro ministro), o documento adequado é o aviso.**

Considere que, em um conjunto S de 100 servidores públicos admitidos por concurso público, para cada $x = 1, 2, 3, \dots, S_x$, seja o subconjunto de S formado pelos servidores que prestaram exatamente x concursos até que no concurso de número x foram aprovados pela primeira vez; considere, ainda, que N_x seja a quantidade de elementos de S_x . A respeito desses conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 16 Considere que S_x para $x = 1, 2, 3$ e 4 represente conjuntos não vazios. Nessa situação, a probabilidade de um servidor público selecionado ao acaso no conjunto S ter prestado no máximo 4 concursos até ser aprovado pela primeira vez é igual $\frac{N_4}{100}$.

JUSTIFICATIVA – Um servidor que tenha prestado no máximo 4 concursos pertencerá ao conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup S_4$, cujo número de elementos é $N_1 + N_2 + N_3 + N_4$. Assim, a probabilidade requerida é $\frac{N_1 + N_2 + N_3 + N_4}{100}$.

- 17 O conjunto $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup \dots$ contém todos os servidores do conjunto S . **JUSTIFICATIVA – Basta notar que, pela definição do conjunto S_x , cada servidor de S deve ser elemento de algum S_x .**
- 18 Existem dois números inteiros, a e b , distintos e positivos, tais que $S_a \cap S_b$ é não vazio. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_x , um servidor que pertença a tal conjunto terá prestado exatamente x concursos até ser aprovado pela primeira vez, de modo que não poderá pertencer a outro conjunto. Assim, quaisquer dois conjuntos S_a e S_b , com a e b distintos, são disjuntos.**
- 19 Se $N_6 = 15$, então 15 servidores do conjunto S prestaram 6 concursos e foram aprovados pela primeira vez no sexto concurso que prestaram. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto S_6 , tal conjunto coleciona os servidores que prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez. Como N_6 indica o número de elementos desse conjunto, a hipótese prevista no item garante que 15 servidores do conjunto S prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez.**
- 20 Se a e b forem números inteiros positivos e $a \leq b$, então $N_a \leq N_b$. **JUSTIFICATIVA – Os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação entre o número de servidores que prestaram exatamente a concursos até serem aprovados pela primeira vez assim como o número de servidores que prestaram exatamente b concursos para tal.**

Ao planejarem uma fiscalização, os auditores internos de determinado órgão decidiram que seria necessário testar a veracidade das seguintes afirmações:

- P: Os beneficiários receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho.
- Q: Há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho.
- R: A programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho é adequada.

A respeito dessas afirmações, julgue os itens seguintes, à luz da lógica sentencial.

- 21 Se as afirmações Q e R forem verdadeiras, será verdadeira a seguinte proposição: “Se não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, então a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não é adequada.” JUSTIFICATIVA – A proposição do item pode ser expressa por $\sim q \rightarrow \sim r$. Pelas hipóteses previstas no item, q e r são verdadeiras, de modo que são falsos o precedente e o consequente da proposição do item, que é, pois, verdadeira.
- 22 O seguinte argumento é um argumento válido: “Se a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho fosse adequada, haveria disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho. Se houvesse disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, os beneficiários teriam recebido do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Mas os beneficiários não receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Logo, a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não foi adequada.” JUSTIFICATIVA – O argumento do item tem por premissas as proposições $r \rightarrow q$, $q \rightarrow p$ e $\sim p$ e por conclusão a proposição $\sim r$. Da veracidade das premissas $\sim p$ e $q \rightarrow p$ conclui-se que a proposição q é falsa. Diante disso e da veracidade da premissa $r \rightarrow q$, conclui-se que a proposição r é falsa. Assim, a conclusão $\sim r$ é verdadeira.
- 23 A negação da afirmação Q pode ser corretamente expressa por “Não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos não previstos no plano de trabalho”. JUSTIFICATIVA – A negação correta seria: “Não há, no estoque do órgão, disponibilidade dos insumos previstos no plano de trabalho”.

Acerca de conceitos de informática, julgue os itens a seguir.

- 24 A ativação do *firewall* do Windows impede que *emails* com arquivos anexos infectados com vírus sejam abertos na máquina do usuário. JUSTIFICATIVA – *Firewall* não faz análise de vírus de anexos de *email*.
- 25 *Phishing* é um tipo de *malware* que, por meio de uma mensagem de *email*, solicita informações confidenciais ao usuário, fazendo-se passar por uma entidade confiável conhecida do destinatário. JUSTIFICATIVA – O *phishing* lidera hoje o roubo de identidade de usuários, é engenharia social e usa mensagens de *email* para solicitar informações confidenciais dos clientes.
- 26 A computação em nuvem, mecanismo muito utilizado atualmente, dispensa o *hardware* para armazenamento de dados, que ficam armazenados em *softwares*. JUSTIFICATIVA – O armazenamento de dados ocorre em *hardwares*, no entanto o usuário desconhece onde eles estão. Sempre é necessário *hardware* para guardar dados.

- 27 Por ser o Linux o *kernel*, ou seja, o sistema operacional em si, para que ele funcione, será necessária a sua instalação em conjunto com outros aplicativos ou utilitários, especialmente em distribuições como Debian e Ubuntu. JUSTIFICATIVA – O Linux é o kernel apenas e demanda usar uma das distribuições disponíveis para funcionar adequadamente.
- 28 O DualBoot permite que dois sistemas operacionais sejam instalados e utilizados simultaneamente em uma mesma máquina. JUSTIFICATIVA – Os sistemas não podem ser utilizados simultaneamente, mas um de cada vez, selecionados durante o *boot*.
- 29 O Microsoft Word apresenta a opção de criar documentos em colaboração, que permite que duas ou mais pessoas possam revisar e alterar um mesmo documento. Para tanto, o Word oferece modos de marcação e destaque para as partes do texto alteradas. JUSTIFICATIVA – Essa é funcionalidade da opção de colaboração, disponível no Word para edição simultânea de documentos.
- 30 No Microsoft Excel, a opção Congelar Painéis permite que determinadas células, linhas ou colunas sejam protegidas, o que impossibilita alterações em seus conteúdos. JUSTIFICATIVA – Quando se congelam painéis, congela-se o painel superior ou o esquerdo, ou ambos, para manter os títulos fixos enquanto se rola uma planilha.

No que se refere ao regime jurídico administrativo, aos poderes da administração pública e à organização administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 31 São características das sociedades de economia mista: criação autorizada por lei; personalidade jurídica de direito privado; sujeição ao controle estatal; estruturação sob a forma de sociedade anônima. JUSTIFICATIVA – A criação autorizada por lei, a personalidade de direito privado, a sujeição ao controle estatal e a necessidade de ser estruturada sob a forma de sociedade anônima (prevista no art. 5.º do DL n.º 200/1967), são características das sociedades de economia mista.
- 32 Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado. JUSTIFICATIVA – O regime jurídico administrativo resume-se a prerrogativas e sujeições. É uma particularidade do direito administrativo o fato de que suas normas se caracterizam pelas prerrogativas sem equivalentes nas relações privadas. Assim, a administração pública possui prerrogativas e privilégios.
- 33 Configura descentralização administrativa o ato de criação, pela administração direta, de órgão público para a distribuição interna de determinada atribuição. JUSTIFICATIVA – A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas, uma é a centralizada, pela qual o serviço é prestado pela administração direta, e a outra é a descentralizada, em que a prestação é deslocada para outras pessoas jurídicas. Assim, descentralização consiste no fato de a administração direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a administração indireta (ou seja, outra pessoa jurídica) ou para o particular. Desse modo, a hipótese prevista é caso de desconcentração administrativa, e não de descentralização, pois trata de criação de órgão.

Julgue os itens a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

- 34 Recursos administrativos são todos os meios utilizáveis pelos administrados para provocar o reexame do ato administrativo pela administração pública e, pelo fato de o processo administrativo ter impulso de ofício, tais recursos não podem ter efeito suspensivo em hipótese alguma. **JUSTIFICATIVA – Embora recursos administrativos sejam considerados os meios que os administrados podem utilizar para provocar o reexame do ato pela administração pública, tais recursos têm efeito devolutivo e podem ter efeito suspensivo, caso a lei expressamente o preveja.**
- 35 Suponha que uma autoridade administrativa delegue determinada competência a um subordinado e que, no exercício dessa delegação, este pratique ato ilegal que fira direito líquido e certo. Nessa situação, eventual mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade delegante. **JUSTIFICATIVA – Caberá mandado de segurança em face da autoridade delegada quando o ato tiver sido praticado por ela, no exercício do poder que lhe tenha sido delegado pela autoridade delegante.**
- 36 Mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. **JUSTIFICATIVA – Merecimento ou mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. É um juízo de conveniência e oportunidade.**
- 37 Anulação de ato administrativo consiste na extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, sem eficácia retroativa. **JUSTIFICATIVA – Embora a anulação ou invalidade de ato administrativo seja a extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, há na nulidade eficácia retroativa, ou seja, *ex tunc*.**

Julgue os itens subsecutivos, relativos aos agentes públicos e à ética no serviço público.

- 38 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral. **JUSTIFICATIVA – O decreto n.º 1.171/1994, na Seção I do seu anexo, no item IX, dispõe que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.**
- 39 Segundo resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, é vedada a aceitação de presentes por autoridades públicas, independentemente do valor, quando o ofertante tiver interesse pessoal ou profissional em decisão que possa ser tomada, em razão do cargo, pela autoridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo a Resolução n.º 3/2000, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.**
- 40 No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório. **JUSTIFICATIVA – A lei n.º 8.112/1990 não prevê essa possibilidade, além disso, a jurisprudência do STF é clara ao indicar que não é necessária a intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes, razão por que não se visualiza violação ao contraditório.**

No que se refere aos princípios fundamentais e à organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 41 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado. **JUSTIFICATIVA – A própria CF traz a expressão República Federativa do Brasil, em seu art. 1.º, *caput*. Portanto a forma de Estado adotada pelo texto de 1988 é a federação e não o Estado Unitário.**
- 42 O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa. **JUSTIFICATIVA – A CF/88 prevê que a democracia seja representativa e, em alguns casos, direta. “Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” De acordo com a doutrina de referência, trata-se da democracia semidireta ou participativa, um “sistema híbrido”, uma democracia representativa, com peculiaridades e atributos da democracia direta.**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue os itens seguintes.

- 43 No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade. **JUSTIFICATIVA – Com a interpretação dos referidos dispositivos constitucionais, é possível afirmar que a CF/88 incorporou a irretroatividade da lei penal mais prejudicial, e, por outro lado, a retroatividade da lei penal mais benéfica. Nesse sentido: “Art. 5.º XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;”**
- 44 Em caso de grave violação dos direitos internacionais, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados de direitos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal. **JUSTIFICATIVA – O § 5.º do art. 109 da CF/88 prevê esse tipo de deslocamento quando se tratar de crimes relativos a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos, nos seguintes termos: “Art. 109. § 5.º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”**
- 45 A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva pode ser considerada exemplo de norma constitucional de eficácia limitada. **JUSTIFICATIVA – Nos termos do art. 5.º, VII, da CF: “VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;” Isso porque, para produzir efeitos, esse dispositivo constitucional necessitará de regulamentação legal, tendo em vista sua alusão “... nos termos da lei”.**

No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado e aos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 46 Lei estadual que autorize a utilização, pela polícia civil do estado, de armas de fogo apreendidas invade a competência privativa da União para legislar sobre material bélico, que, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas. **JUSTIFICATIVA – Conforme os seguintes artigos da CF:**
 “Art. 21. Compete à União: (...) VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
 Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;”
 Nesse sentido, também é a jurisprudência do STF:
 “EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E MATERIAL BÉLICO. LEI 1.317/2004 DO ESTADO DE RONDÔNIA. Lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas. A competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3258, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, DJ de 09.09.2005).
- 47 Compete à União, aos estados, ao DF e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito penitenciário, cabendo à União apenas o estabelecimento de normas gerais. **JUSTIFICATIVA – Os municípios não estão inseridos na competência legislativa concorrente para dispor sobre direito penitenciário:**
 “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
 I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...) § 1.º – No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

- 48 A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União. **JUSTIFICATIVA – Art. 144, § 1.º, I, II e IV, da CF.**
 A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:
 I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
 II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
 IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- 49 Considere que o Congresso Nacional, para evitar eventual compromisso gravoso ao patrimônio nacional, resolva definitivamente acerca de um tratado internacional. Nessa situação, o ato legislativo, por ser definitivo, deve ser sancionado pelo presidente da República. **JUSTIFICATIVA – A competência mencionada é exclusiva do Congresso Nacional, que não ficará submetida à posterior sanção do presidente da República. Ao contrário, o Congresso Nacional a desempenhará por meio de decreto legislativo:**
 “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
 I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;”
- 50 O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. **JUSTIFICATIVA – Alinha-se ao disposto no art. 144 da CF e seus incisos:**
 “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
 I – polícia federal;
 II – polícia rodoviária federal;
 III – polícia ferroviária federal;
 IV – polícias civis;
 V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da avaliação de programas e políticas sociais, julgue os itens a seguir.

- 51 A abordagem sequencial — segundo a qual as políticas sociais são sucessão de ações — limita-se a uma visão linear e etapista da avaliação, embora apresente a vantagem de propor um quadro de análise simples. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a literatura especializada sobre metodologias avaliativas, a abordagem sequencial apresenta a vantagem de propor um quadro de análise simples, que atribui ordem ao complexo processo de ações e decisões no campo da formulação, implementação e avaliação de políticas sociais. Os limites da abordagem sequencial, contudo, são muito mais expressivos: apresenta visão linear e etapista.**
- 52 A avaliação de uma política social é, necessariamente, determinada e direcionada pelos fundamentos teóricos que sustentam as análises dos avaliadores, ainda que seja adotado um rigoroso instrumental metodológico. **JUSTIFICATIVA – A análise e a avaliação de uma política social, por mais que se adote um rigoroso instrumental metodológico, serão sempre determinadas e direcionadas pelas referências teóricas adotadas pelos avaliadores, que atribuirão sentido e significado ao conteúdo da avaliação.**
- 53 A abordagem qualitativa difere da avaliação da qualidade dos serviços no que se refere ao seu uso na avaliação de programas. **JUSTIFICATIVA – A abordagem qualitativa não deve ser confundida com a avaliação da qualidade dos serviços, que se baseia na otimização, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, legitimidade e aceitabilidade. A avaliação da qualidade dos serviços está ancorada em dados quantitativos.**
- 54 A proposta de avaliação por triangulação de métodos contempla, no processo de avaliação, a integração objetiva e subjetiva bem como os atores, tomados por objetos de análise do projeto e do programa e sujeitos de autoavaliação. **JUSTIFICATIVA – Além da integração objetiva e subjetiva no processo de avaliação, a avaliação por triangulação de métodos inclui os atores do projeto e do programa. não apenas como objetos de análise, mas, principalmente, como sujeitos de autoavaliação.**
- 55 A mesma relação entre custo e benefício estabelecida para a avaliação de mercado deve ser aplicada à avaliação de políticas sociais públicas, haja vista que o objetivo de ambos os setores é atender ao maior número de pessoas com a menor quantidade de recursos. **JUSTIFICATIVA – Muitos estudos consideram que a relação custo-benefício não se pode aplicar às políticas sociais públicas com o rigor e intencionalidade com que se aplica ao mercado, visto que seu objetivo não é (e não deve ser) o de atender ao maior número de pessoas com o menor dispêndio e recursos. A avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade. As políticas sociais devem ser tratadas como um processo de formulação, execução e consolidação de direitos e serviços sociais que devem ser permanentes e universais.**

Com relação ao planejamento como proposta de intervenção na área social, julgue os itens seguintes.

- 56 No planejamento estratégico, a pactuação não integra o planejamento e a busca por respostas a situações complexas, sendo uma ação restrita aos gestores. **JUSTIFICATIVA – O planejamento estratégico abrange a categoria estratégia, conferindo-a visibilidade, por agregar ao processo as noções de mobilização, negociação, movimentos, manejo de técnicas, recursos, enfim, todos os meios (táticos) necessários a se enfrentar uma situação complexa.**
- 57 Ao se analisar a eficácia do planejamento com base em estudo do impacto daquilo que foi planejado sobre a situação, examinam-se apenas os efeitos diretos da intervenção realizada, não se efetuando uma pesquisa. **JUSTIFICATIVA – A eficácia é analisada com base em estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstos no planejamento e o quão esses objetivos e metas foram alcançados. Nessa análise, são estudados não apenas os efeitos diretos, resultantes da intervenção, mas também os efeitos indiretos. A avaliação de eficácia vai exigir, em geral, uma pesquisa própria, ou o estabelecimento de um instrumental de controle que, além de acompanhar o desempenho e o rendimento do trabalho propriamente dito, incida sobre as mudanças ocorridas na realidade sobre a qual se está trabalhando. O estudo do impacto do planejado sobre a situação refere-se à avaliação da efetividade.**
- 58 A reciprocidade entre gestão democrática e planejamento estratégico verifica-se em face da tendência em se romper com as hierarquias verticais rígidas de comando e promover-se um tipo de comunicação horizontal intensiva nas organizações. **JUSTIFICATIVA – A gestão pública democrática estabelece uma relação de reciprocidade com o planejamento estratégico. Isso ocorre, primeiramente, porque tendem a romper, nas organizações, com as hierarquias verticais rígidas de comando, promovendo um tipo de comunicação horizontal intensiva (colegiada). Além disso, buscam ultrapassar a democracia representativa, combinando-a com a democracia participativa ou direta.**
- 59 O planejamento limita-se ao momento específico de montagem de um plano de ação para a realização de determinada atividade que será efetuada em curto prazo. **JUSTIFICATIVA – O planejamento apresenta as seguintes características: é um processo permanente e contínuo, pois é realizado de forma sistemática dentro da empresa e não se esgota na simples montagem de um plano de ação; visa relacionar, entre várias alternativas disponíveis, determinado curso de ação, em função de suas consequências futuras e das possibilidades de sua execução e realização. O curso de ação escolhido pode ter uma duração variável — desde curto a longo prazo — e pode ter uma amplitude igualmente variável — abrangendo a empresa como um todo e até uma unidade de trabalho.**

- 60 O planejamento operacional é detalhado e analítico; abrange cada tarefa ou operação bem como a etapa de supervisão; e deve estar intrinsecamente relacionado ao planejamento tático. **JUSTIFICATIVA** – O planejamento operacional, efetuado no nível operacional da empresa, envolve a supervisão, sendo detalhado e analítico bem como direcionado para o curto prazo e a cada tarefa ou operação. O planejamento operacional volta-se ao que fazer, como fazer e para quem fazer, visando otimizar e maximizar os resultados. Esse tipo de planejamento deve estar intrinsecamente relacionado ao planejamento tático e ao planejamento estratégico.
- 61 O planejamento situacional, um método de planejamento constituído por momentos não sequenciais, mas simultâneos, compreende o momento explicativo, no qual se realiza o diagnóstico, selecionando-se problemas e discutindo-se suas causas em relação aos fenômenos e às estruturas sociais básicas. **JUSTIFICATIVA** – Planejamento situacional é um método de planejamento constituído por quatro momentos não sequenciais, simultâneos e em constante processo. Um desses momentos é o explicativo, equivalente ao diagnóstico, etapa em que são selecionados problemas e discutidas suas causas ao nível dos fenômenos (fenoestrutura) e das estruturas sociais básicas (genoestrutura).
- 62 Na concepção atual de planejamento, plano e ação caracterizam processos totalmente opostos que devem ocorrer em momentos diferentes. **JUSTIFICATIVA** – A dicotomia plano *versus* ação opõe processos supostamente antagônicos, mas que, na verdade, são parte de um único momento. Na ação concreta, o plano desenvolve-se e faz-se imprescindível. Os métodos de planejamento tradicionais, ao ignorar a variável política, impedem o diálogo entre plano e gestão, relação absolutamente imprescindível para coadunar o planejar com o fazer.
- No que diz respeito à pesquisa social, julgue os itens que se seguem.
- 63 A avaliação requer a construção de um sistema de indicadores específicos que possibilite aferir se os objetivos da proposta estão sendo adequadamente conduzidos ou se foram alcançados. **JUSTIFICATIVA** – Tratando-se de avaliação, os indicadores são parâmetros quantificados ou qualitativamente elaborados que servem para indicar se os objetivos de uma proposta estão sendo adequadamente conduzidos ou foram alcançados. Cada investigação avaliativa deve construir seu sistema de indicadores específicos. Mesmo quando um conjunto de variáveis pode ser usado para vários projetos, os indicadores devem sinalizar condições específicas da realidade em avaliação. Por exemplo, a quantidade e a qualidade de informações preexistentes pode determinar a necessidade de produzir novas informações. A maioria dos projetos inicia-se com uma análise diagnóstica, ponto de partida para a construção de indicadores.
- 64 De acordo com os pressupostos da pesquisa de natureza qualitativa, segundo a qual é necessário conhecer a experiência social do sujeito, e não somente suas circunstâncias de vida, a realidade vivida pelo sujeito é conhecida a partir dos significados por ele atribuídos. **JUSTIFICATIVA** – Entre os pressupostos que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa incluem-se o reconhecimento da singularidade do sujeito; o reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito; e o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.
- 65 A validação das pesquisas qualitativas requer quantidade adequada de observações efetuadas; constância e exatidão no registro dos dados aferidos; e possibilidade de expansão das conclusões a outros contextos. **JUSTIFICATIVA** – As pesquisas qualitativas são validadas pela presença dos seguintes aspectos: quantidade de observações efetuadas, constância e exatidão no registro dos dados aferidos e possibilidade de estender as conclusões a outros contextos. Nesse sentido, essas pesquisas não são menos científicas que as quantitativas, se a análise que se faz dos fenômenos compreende as exigências de um sistema de explicação mais amplo.
- 66 De acordo com o paradigma da complexidade, a formulação do objeto de pesquisa deve ser efetuada com o intuito de ampliar o foco de análise para aumentar a disseminação das diferentes linhas teóricas que devem estar presentes na investigação. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o paradigma da complexidade e da pesquisa interdisciplinar, deve-se empreender um enquadramento focado e delimitado do objeto de investigação. Ao se buscar o diálogo/debate entre duas ou mais perspectivas diferentes de abordagem do objeto, aumenta-se o risco de uma dispersão teórica e metodológica. Entre as principais estratégias para compensar essa tendência inclui-se a busca de um enquadramento bastante preciso do objeto.
- 67 A adoção de estratégia participante em pesquisa realizada em ambientes institucionais implica incluir, necessariamente, a participação efetiva dos pesquisadores envolvidos na gestão do trabalho investigativo. **JUSTIFICATIVA** – Estratégias participantes são um dos tipos de estratégias institucionais que contam com a participação orgânica do pesquisador na realidade social em foco, mas não implica participação dos envolvidos na gestão de seu trabalho investigativo. Essa estratégia fundamenta-se no modelo clássico de pesquisa participante originado na antropologia e etnografia contemporânea, na qual os pesquisadores conviviam intimamente e por períodos de média ou longa duração com os grupos humanos investigados, visando poder interpretar por dentro a cultura e a subjetividade.
- 68 Na investigação realizada em ambientes organizacionais, consideram-se como fontes primárias as fontes que foram captadas e sistematizadas a partir de alguma forma de elaboração teórico-analítica. **JUSTIFICATIVA** – Recursos e fontes primários referem-se a todo material que não recebeu um tratamento analítico e que é constituído, geralmente, pelos registros cotidianos e regulares nas organizações e na vida pessoal, grupal e social dos indivíduos.

Julgue os próximos itens, relativos a balanço social.

- 69 O balanço social de uma organização consiste em um demonstrativo de que a instituição tem por objetivo não só a geração de lucros, mas também o desempenho social. **JUSTIFICATIVA** – O balanço social tem como foco demonstrar publicamente que a intenção da organização não é somente a geração de lucros com um fim em si mesmo, mas o desempenho social, o que é feito por meio da prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos que originalmente não lhe pertenciam, prática que reafirma o compromisso e a responsabilidade da organização para com a sociedade.
- 70 Ao elaborar o balanço social anual de uma organização, os dirigentes devem priorizar a divulgação das avaliações financeiras, a fim de subsidiar a tomada de decisões relativas ao quantitativo de recursos humanos. **JUSTIFICATIVA** – O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Entre os benefícios proporcionados pela implementação do balanço social destacam-se: identificação do grau de comprometimento social da empresa com a sociedade, os empregados e o meio ambiente; evidenciação, mediante indicadores, das contribuições à qualidade de vida da sociedade; e avaliação da administração por meio de resultados sociais, e não somente de resultados financeiros.

Considerando que profissionalização e trabalho são direitos estabelecidos pelas legislações, julgue os itens subsecutivos no que se refere ao trabalho do adolescente.

- 71 Horário especial para o exercício das atividades refere-se a um dos princípios da formação técnico-profissional do adolescente. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 63, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), a formação técnico-profissional deve estar de acordo com o princípio referente à concessão de horário especial para o exercício das atividades.
- 72 Os direitos trabalhistas e previdenciários são assegurados apenas ao adolescente aprendiz com idade igual ou superior a dezesseis anos. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 65 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Considerando o neoliberalismo e o contexto atual, bem como a relação entre Estado e sociedade, julgue os itens seguintes.

- 73 Em consequência das medidas de ajuste liberal realizadas a partir da década de 80 do século passado na América Latina e em conformidade com o paradigma da eficiência e efetividade na gestão, as políticas de combate à pobreza foram substituídas, em grande medida, pelas políticas de busca da universalização do acesso aos serviços básicos. **JUSTIFICATIVA** – A partir da segunda metade da década de 80 do século passado, por meio dos diversos tipos de políticas e programas sociais vigentes na América Latina, foi realizado um trânsito do paradigma da universalização do acesso a serviços básicos para a redução ou combate à pobreza resultante das políticas de ajuste estrutural. Tais políticas, em consonância com o paradigma da efetividade e eficiência na gestão, instituíram a focalização, a privatização e a descentralização como um mecanismo de gestão e distribuição de recursos.

- 74 Os Estados nacionais têm favorecido, atualmente, o desenvolvimento de políticas industriais com o intuito de fortalecer seus mercados internos e ampliar a competitividade no cenário internacional. **JUSTIFICATIVA** – As políticas neoliberais comportam algumas orientações e condições que se combinam, em face da inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização. Entre essas orientações e condições incluem-se atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. Os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos às inversões estrangeiras. Os Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas. Uma das funções econômicas do Estado passou a ser a garantia dessa atratividade, a partir das novas relações entre este e grupos mundiais, nos quais o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e, paradoxalmente, estrutural.
- 75 O terceiro setor tem o papel tanto de limitador do poder do Estado quanto de substituto de suas funções, sendo um mecanismo que contribuiu para a sustentação da hegemonia neoliberal. **JUSTIFICATIVA** – Como espaço de lutas políticas e projetos contra-hegemônicos, a sociedade civil surge vinculada à vida associativa, sendo um terceiro setor, situado entre o Estado e o mercado, cujo papel não é apenas limitar seu poder, mas também substituí-lo em várias de suas funções. Associada a este arranjo teórico-prático e político, destacou-se como um dos pilares da hegemonia neoliberal na construção de consensos que suprimiram a legitimidade do Estado no enfrentamento da “questão social”.

Com base na Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social, julgue os itens subseqüentes, relativos às atribuições privativas desse profissional.

- 76 Prestar orientação social a indivíduos e grupos em ambientes institucionais constitui atribuição privativa do assistente social. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 4.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), constituem competências do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. Portanto, Prestar orientação social a indivíduos e grupos em ambientes institucionais não é atribuição privativa do assistente social.
- 77 Planejar, organizar e administrar serviços sociais constituem atribuições privativas do assistente social. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 4.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), entre as competências do assistente social incluem-se planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais. Portanto, planejar, organizar e administrar serviços sociais não são atribuições privativas do assistente social.
- 78 Estudos, pesquisas, planos, programas e projetos relativos à área de serviço social podem ser realizados unicamente por profissional assistente social. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 5.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), constituem atribuições privativas do assistente social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social.

Com relação aos aspectos éticos orientadores da atuação do profissional de serviço social, julgue os itens que se seguem.

- 79 Relatórios de gestão e roteiros de entrevistas são considerados materiais técnicos de caráter não sigiloso que viabilizam a continuidade do serviço social e a defesa dos interesses dos usuários. JUSTIFICATIVA – Segundo o art. 4.º da Resolução CFESS n.º 556/2009, material técnico refere-se aos instrumentos de caráter não sigiloso produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais que viabilizam a continuidade do serviço social e a defesa dos interesses dos usuários. São materiais técnicos relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.
- 80 O material técnico relativo a atendimento realizado por assistente social, dado seu caráter reservado, deve ser arquivado, obrigatoriamente, no mesmo espaço físico ocupado pelo referido profissional. JUSTIFICATIVA – De acordo com os artigos 4.º e 5.º da Resolução CFESS n.º 493/2006, o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Desde que respeitadas essas condições, o arquivo desse material pode estar em outro espaço físico.
- 81 A supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada necessariamente na mesma instituição e local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, pois, caso contrário, a responsabilidade ética dos envolvidos será apurada, mediante procedimentos processuais previstos no Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório. JUSTIFICATIVA – De acordo com o art. 5.º da Resolução CFESS n.º 533/2008, a supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9.º da Lei n.º 11.788/2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente. Sem a satisfação dessas condições, a supervisão direta poderá ser considerada irregular, sujeitando os envolvidos à apuração de sua responsabilidade ética, mediante procedimentos processuais previstos pelo Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.

No que se refere à conciliação e mediação, alternativas para a resolução de conflitos, julgue os próximos itens.

- 82 Durante a mediação, o mediador apenas administra o procedimento para que as partes envolvidas no conflito tomem a decisão e, caso consentam, assinem um termo de acordo para cumprimento. JUSTIFICATIVA – Na mediação, o mediador não decide, mas somente administra o procedimento para que as partes decidam o conflito. Semelhante ao resultado da conciliação, sendo o procedimento positivo, facultam-lhes a redação e assinatura de um termo de acordo para o cumprimento espontâneo. Caso se entenda necessário, pode valer-se de duas testemunhas.
- 83 A escolha de técnicas como paráfrase e *brainstorming* no curso da mediação condiciona-se à fase em que se encontra o procedimento e objetiva, entre outros aspectos, sintetizar o conteúdo das falas e suscitar alternativas. JUSTIFICATIVA – Na mediação, a escolha de técnicas depende da fase do procedimento. Ora tem como foco melhorar a comunicação entre as partes, ora suscitar alternativas, ora verificar a viabilidade das opções eleitas, entre outras várias finalidades. As técnicas mais utilizadas são as seguintes:
- paráfrase: o mediador reformula a frase, sem alterar o sentido original, para organizar, sintetizar e neutralizar seu conteúdo;
 - *brainstorming* (tempestade de ideias): o mediador incentiva a criatividade quando os que estão sendo mediados não conseguem, por si, propor opções. Essa técnica é realizada inicialmente para gerar ideias sem críticas (falar aquilo que vem à mente, sem pensar) e, em seguida, analisar e selecionar as ideias mais valiosas.
- 84 A conciliação, por ser um procedimento abrangente, não conta com a participação de um coconciliador, tendo por objetivo principal tratar o relacionamento entre as pessoas envolvidas no conflito. JUSTIFICATIVA – Embora a conciliação possa ser um momento inserido em um procedimento maior, também pode consistir em uma forma alternativa de resolução de conflitos em que um terceiro (sozinho ou com coconciliadores), por meio de técnicas de negociação, administra o procedimento especialmente disciplinado a esse fim, buscando fazer com que as pessoas envolvidas entendam-se e cheguem a um acordo. Na conciliação, em princípio, não se busca tratar o relacionamento, mas tão somente o acordo do conflito latente.

Acerca da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença previdenciário, julgue os itens subsecutivos.

- 85 O segurado que estiver recebendo auxílio-doença e desejar retornar ao trabalho voluntariamente terá seu benefício mantido até que seja realizada perícia médica da previdência social. JUSTIFICATIVA – O auxílio-doença cessa pelo retorno voluntário ao trabalho sem prévia perícia médica – alta antecipada.
- 86 Não é permitida concessão de aposentadoria por invalidez, em nenhuma hipótese, caso a doença tenha sido originada anteriormente à filiação na previdência social. JUSTIFICATIVA – Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à previdência social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade.

87 No processo de aposentadoria por invalidez de pessoas acometidas por acidente de qualquer natureza, dispensa-se a carência, ou seja, a exigência de doze contribuições mensais. **JUSTIFICATIVA** – Para ter direito ao benefício são exigidas doze contribuições mensais, exceto na hipótese do art. 26 da Lei n.º 8.213/1991, que independe de carência, ou seja, nas hipóteses de acidente de qualquer natureza, de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao regime geral de previdência social, for acometido de alguma das doenças e afeções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.

Antônio, de cinquenta e seis anos de idade, trabalha, há 25 anos, como agente administrativo no núcleo de emissão de documentos de uma instituição pública. Nos últimos seis meses, Antônio passou a faltar frequentemente ao trabalho, sair durante o expediente sem apresentar justificativas e apresentar baixo rendimento no desempenho de suas atividades. Constatou-se que esses problemas foram motivados pelo consumo de bebida alcoólica e, embora o servidor se mostre resistente a se tratar, foi encaminhado ao setor competente da instituição para início de um plano de tratamento.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com relação à atuação e a intervenções adequadas do profissional do serviço social.

88 Se, em entrevista, o assistente social abordar o consumo de álcool, deverá ater-se em repassar a Antônio as informações sobre os efeitos e as consequências da substância, visto que essa atitude é comprovadamente eficiente, mesmo quando desvinculada de um programa de prevenção. **JUSTIFICATIVA** – Repassar informações sobre efeitos e consequências do uso de álcool e drogas é útil, porém de validade questionável, quando feito de forma isolada e desconectada de um programa de prevenção desenhado de forma a respeitar as características de sua população-alvo.

Ver: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas/Ministério da Saúde. 2.ª ed. rev. ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 29.

89 Caso Antônio continue resistente em submeter-se ao tratamento para a dependência do álcool, não é indicado encaminhá-lo ao Centro de Atenção Psicossocial, visto que sua recusa altera o projeto terapêutico individual e significa o descumprimento do contrato terapêutico, o que fará que ele seja desligado desse centro e encaminhado a outro tipo de serviço. **JUSTIFICATIVA** – Em serviços de tratamento, o projeto terapêutico de cada usuário deve ser construído individualmente e comporta um conjunto de ações com o objetivo de incentivar o aumento de sua autonomia, organizar sua permanência/frequência na instituição, entre outras. Esse projeto deve estar atrelado a um contrato terapêutico, e nos casos de não cumprimento deste por parte do usuário, em hipótese alguma isso deve significar seu desligamento, cerceamento ou exclusão, mesmo que parcial, do acesso

irrestrito aos serviços. Deve ser recontratado com o usuário um novo projeto para que ele possa efetivamente cumpri-lo.

Segundo a Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011, art. 7.º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial. § 3.º O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção Psicossocial, é desenvolvido por intermédio de Projeto Terapêutico Individual, envolvendo em sua construção a equipe, o usuário e sua família, e a ordenação do cuidado estará sob a responsabilidade do Centro de Atenção Psicossocial ou da Atenção Básica, garantindo permanente processo de cogestão e acompanhamento longitudinal do caso.

90 No processo de intervenção do assistente social junto ao servidor, faz-se necessário compreender que, quanto maior o nível de vulnerabilidade e de perda de autonomia do usuário, maior deve ser a quantidade de recursos ofertados pela equipe que o assiste. Esse princípio denomina-se equidade e caracteriza-se como um dos eixos de sustentação do Sistema Único de Saúde. **JUSTIFICATIVA** – Quanto maior o nível de vulnerabilidade e de perda de autonomia do usuário do serviço, maior deve ser a quantidade de recursos ofertados pela equipe que o assiste. Esse princípio – oferta maior de recursos aos mais necessitados – é denominado equidade, um dos eixos de sustentação do Sistema Único de Saúde.

91 Durante o atendimento a Antônio, recomenda-se adotar a abordagem da redução de danos, estratégia que possibilita aumentar o grau de liberdade e de corresponsabilidade do usuário bem como o ajuda a traçar metas voltadas para a mudança no seu estilo de vida. **JUSTIFICATIVA** – A abordagem da redução de danos reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que não estão voltadas especificamente para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. Este método está vinculado à direção do tratamento: tratar significa aumentar o grau de liberdade, de corresponsabilidade daquele que está se tratando.

Ver: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas. 2ª. ed. rev. ampl.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 10.

92 No caso de o assistente social utilizar-se, como meio de intervenção, de uma entrevista com o referido servidor, está contraindicado o uso da técnica de reflexão, pois a mesma direciona-se apenas à identificação do problema, limitando-se a tomada de consciência. **JUSTIFICATIVA** – A técnica de reflexão pretende oferecer ao usuário a possibilidade de examinar as suas crenças ou supostas formas de conhecimento à luz dos fundamentos que as sustentam. Para isso, exige do usuário a consciência de que, se dada situação é problemática, quando se identificam as condições que o influenciam, é possível gerar hipóteses de soluções e testar as hipóteses. A reflexão tem caráter retrospectivo, nela o sujeito reflete sobre a ação. Para isso, em um primeiro momento, busca-se, por meio dela, descobrir como ocorreu o fenômeno, descrevendo-se as condições, os fatores ou mecanismos na produção do evento e, posteriormente, busca-se explicação e análise das conexões existentes entre os elementos que o determinaram, a fim de que sejam identificadas as contradições e localizadas as necessidades.

93 Se a situação exigir atendimento concomitante de profissionais do serviço social e da psicologia, o relatório final da intervenção, com a emissão de opinião técnica, poderá ser elaborado pelo assistente social, desde que seja assinado pelos dois profissionais. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a Resolução CFESS n.º 557/2009, art. 4.º: Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação.**

Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica.

Parágrafo segundo - O assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

No que se refere aos instrumentos técnicos do serviço social, julgue os itens que se seguem.

94 Ao se elaborar o laudo ou parecer social de um usuário, deve-se evitar fazer referências à postura e ao comportamento dos envolvidos no decorrer do estudo, pois essas impressões são consideradas análises de julgamento moral. **JUSTIFICATIVA – Alguns profissionais costumam fazer referências iniciais do que perceberam com relação à postura e ao comportamento dos envolvidos no decorrer do processo avaliativo, iniciando seus textos com essas sinalizações. Essas referências são importantes quando há conflitos entre os usuários (no caso de grupo de família) ou quando algum deles compareceu à entrevista visivelmente alcoolizado. Caso seja possível marcar nova entrevista, o fato pode ser discutido com o próprio usuário. Cabe ao profissional decidir eticamente o que deve ou não ser registrado.**

95 Considerando-se que, ao elaborar o parecer social, cabe ao assistente social emitir opinião acerca de uma situação social com base em análise essencialmente teórica, é vedado a esse profissional o levantamento de hipóteses a respeito das possíveis consequências dessa situação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a literatura da área, o parecer social diz respeito ao esclarecimento e análise, com base em conhecimentos específicos do Serviço Social, de uma questão relacionada a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando objetivamente a questão ou a situação social analisada, os objetivos do trabalho solicitado e apresentado, portanto, é uma análise referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos inerentes ao Serviço Social. Esse parecer também deve conter uma análise prospectiva e levantar hipóteses acerca de possíveis consequências da situação.**

96 Na elaboração do laudo social de um usuário, os marcos da história de vida deste constituem importantes dados de análise. Essas informações geralmente compõem a introdução do laudo, o desenvolvimento assume características de análise, e a avaliação final direciona-se à conclusão e às sugestões para resolução do problema. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura da área, os marcos significativos da história de vida são também um dado importante de análise, especialmente para profissionais que lidam com depoimentos verbais, com manifestos. Esse histórico deve ser breve, com o relato do que é sumamente importante para melhor entendimento da situação e da análise do profissional. Desse modo, o histórico de vida assume papel introdutório no corpo do texto, e o desenvolvimento assume características de análise. A avaliação final encaminha para a conclusão e para as sugestões.**

O conceito de redes, além de ter trazido inovações para a gestão social pública, introduziu novos valores e habilidades na condução do trabalho social. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsecutivos.

97 As redes primárias são constituídas por organizações governamentais que, considerando os princípios da igualdade e da eficiência, atuam na prevenção de situações de risco. **JUSTIFICATIVA – As redes primárias ou de proteção espontânea são aquelas que se organizam na perspectiva do apoio mútuo e da solidariedade, como nas relações afetivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Essas formas de rede são tecidas no cotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio na convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam.**

98 Embora o termo rede não conste no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a necessidade de uma ação pública intersetorial está prevista na definição do paradigma da proteção integral ao segmento infante-juvenil, contida nesse documento. **JUSTIFICATIVA – No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não se utiliza o termo “rede”, mas, ao se prever, nesse esse documento, a proteção integral ao segmento infante-juvenil como paradigma, configura-se a necessidade de uma ação pública articulada. Nessa ação, têm papel importante as organizações da sociedade, tanto na sua participação no conselho municipal quanto na parceria com o poder público, por meio da oferta de serviços sociais. Todas as referências para a garantia dos direitos sociais previstos no ECA assinalam que, para ser eficaz, a formação de uma política de atenção integral à criança e ao adolescente deverá promover relações, conexões e articulações entre os diversos serviços setoriais.**

99 A ação em rede, em qualquer área, pressupõe a apreensão da realidade social como um todo complexo. Nessa perspectiva, compreendendo-se que os fatos são multicausais e multidependentes entre si, chega-se à noção de totalidade. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura acerca do assunto, a fruição da ação em rede provoca uma retomada da totalidade, ou seja, exige apreender a realidade social e nela agir como em um todo complexo, um todo que é tecido junto. Assim, impõe-se uma perspectiva que integre, organize e totalize os fatos.**

100 Em uma rede de proteção social, a generalização de temas possibilita maior quantidade de respostas a demandas sociais e potencializa a eficácia da proposta da rede. **JUSTIFICATIVA – De acordo com literatura acerca do assunto, o que agrega valor à proposta de uma rede de proteção social é a boa definição de seu foco de atuação. A existência de um objetivo bem definido pode ser decisivo para o sucesso dessa rede. Uma rede de proteção social precisa estar focada em seu objetivo e sua(s) temática(s). Uma generalização para muitos temas pode incorrer em descaracterização, perda de foco e consequente perda de potência da rede.**

Acerca das concepções de família e de suas relações com o Estado, julgue os itens subsequentes.

101 O trabalho com as famílias deve fundamentar-se no conceito de núcleo familiar, o qual vem sendo fortalecido nas recentes mudanças relacionadas às diferentes maneiras de exercer as funções de sobrevivência e de desenvolvimento dos membros da família. **JUSTIFICATIVA – A suspensão de qualquer juízo de valor acerca do que deva ser uma família estruturada possibilita que a família seja pensada em seus múltiplos jeitos de ser e existir. Observando que, atualmente, funções essenciais à sobrevivência e ao desenvolvimento dos diversos membros da família não são exercidas exclusivamente por este ou aquele membro em particular, concluímos que a imagem mais condizente com essa realidade é a de uma rede de relações que pode ser fortalecida, ampliada, substituída, acrescida etc. Portanto, se a família não é mais um núcleo, e sim uma rede, nosso trabalho com ela terá de se abrir para o novo.**

102 As políticas familistas baseiam-se na ideia de que a principal responsável pelo bem-estar e pela provisão das necessidades humanas é a família, o que significa que a satisfação das necessidades das famílias está atrelada à participação de seus membros na esfera mercantil. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, o familismo está presente nos sistemas de proteção social em que a política pública considera que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado e a satisfação das necessidades das famílias passa a depender cada vez mais da participação de seus membros na esfera mercantil.**

103 A família representa um espaço de socialização de seus membros e permite a formação de identidades e histórias de vida, independentemente do lugar que ocupa no mercado de trabalho. **JUSTIFICATIVA – Definição consensual na área. Destaca-se a importância da família como um espaço de socialização, proteção e formação dos indivíduos. A capacidade da família de prover as necessidades de seus membros encontra-se estreitamente dependente da posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho. A família é responsável pelo cultivo da sociabilidade e das relações de reciprocidade, permitindo forjar identidades, projetos e histórias de vida.**

Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso.

Com base nessa situação hipotética e nas disposições do Estatuto do Idoso e da Política Nacional do Idoso, julgue os itens a seguir.

104 Considere que João, sem o consentimento de Maria, tenha induzido Pedro a outorgar uma procuração em seu nome para a venda do veículo, o único bem do idoso. Nesse caso, a ação do genro não caracteriza crime passível de reclusão, já que, além de ajudar a esposa nos cuidados com o sogro, ambos residem na mesma casa. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.741/2003, art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente: Pena – reclusão de 2 a 4 anos.**

105 Considere que, ao ser atendido no centro de saúde próximo de sua residência, foram identificados sinais de negligência em Pedro. Nesse caso, havendo suspeita de situação de violência, o serviço de saúde deverá notificar, compulsoriamente, o Ministério Público. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.741/2003, art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal do Idoso; IV – Conselho Estadual do Idoso; V – Conselho Nacional do Idoso. § 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.**

106 Se Pedro for inscrito em um programa habitacional subsidiado com recursos públicos para compra de moradia própria, ele será priorizado em razão da reserva de unidades habitacionais para atendimento a idosos. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.741/2003, art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I -reserva de pelo menos 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.**

107 Conforme o Estatuto do Idoso, as escolas devem incluir conteúdos sobre o envelhecimento e a valorização do idoso em seu currículo mínimo a fim de eliminar os preconceitos existentes na sociedade. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.741/2003, art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.**

Considerando o disposto na Lei n.º 7.853/1989, julgue os próximos itens, acerca do apoio às pessoas com deficiência.

- 108** É garantido a todas as pessoas portadoras de deficiência o atendimento domiciliar de saúde, independentemente do grau de deficiência. **JUSTIFICATIVA – Art. 2.º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. II – na área da saúde: e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.**
- 109** Às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns o poder público deve estimular a criação e a manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial. **JUSTIFICATIVA – Art. 2.º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. III – na área da formação profissional e do trabalho: b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.**
- 110** As ações públicas, coletivas ou individuais, relativas aos interesses das pessoas com deficiência são passíveis de intervenção do Ministério Público, o qual, para resguardar o interesse dessas pessoas, poderá requisitar de qualquer pessoa física ou jurídica informações, exame ou perícia, em prazo não inferior a dez dias úteis. **JUSTIFICATIVA – Art. 5.º. O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas. Art. 6.º. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 dias úteis.**
- 111** Diferentemente das entidades da administração pública, cometerá crime punível unicamente por meio de pagamento de multa a empresa privada que negar, sem justa causa, emprego ou trabalho a alguém em razão de sua deficiência. **JUSTIFICATIVA – Art. 8.º. Constitui crime punível com reclusão de 1 a 4 anos, e multa: III – negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.**

Tendo como referência a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), julgue os próximos itens.

- 112** A assistência social objetiva a proteção social, que, por sua vez, visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos por meio de ações como, por exemplo, a promoção da integração dos cidadãos ao mercado de trabalho. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 8742/1993 - LOAS. Art. 2.º. A assistência social tem por objetivos: I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.**
- 113** A proteção social básica objetiva especificamente amparar a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação e(ou) que apresenta fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. **JUSTIFICATIVA – A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, novembro, 2005, p. 33).**
- 114** A LOAS objetiva estabelecer normas técnicas para a implementação da assistência social, além de expressar o esforço coletivo da sociedade em englobar fatos e valores da vida contemporânea, de modo a atribuir-lhes vigência jurídica. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, a LOAS é um documento que, não obstante seu caráter formal, é produto e expressão de debates e embates políticos e, por isso, apresenta indefinições e supressões de termos e palavras que tornam menos conciso o significado da assistência social. Ela não significa um mero instrumento jurídico para regular tecnicamente a assistência social, mas um documento juspolítico, que expressa o esforço coletivo, de englobar fatos e valores da vida contemporânea.**

- 115 A LOAS apresenta uma concepção de assistência social calcada em uma perspectiva a-histórica e distanciada da análise da relação entre Estado e sociedade. **JUSTIFICATIVA – Conforme literatura consagrada na área, a LOAS expressa uma concepção de assistência social que a percebe como fruto da relação de antagonismo e reciprocidade entre Estado e sociedade, dentro de uma perspectiva histórica.**
- 116 As diretrizes da PNAS incluem a centralidade na família para a concepção e a implementação de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social. Essa concepção também está preconizada no SUAS, que, além de priorizar a centralidade na família e na matricialidade sociofamiliar, estabelece padrões de atendimento, nomenclatura dos equipamentos, indicadores de avaliação e resultados. **JUSTIFICATIVA – Concebendo a assistência social como dever do Estado, a PNAS fixa como diretrizes: IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, novembro, 2005, p. 33). A centralidade na família e a matricialidade sociofamiliar são preconizadas também no SUAS, sistema de gestão da política de assistência social no Brasil, no qual são estabelecidos padrões de atendimento, como eixos de atuação, nomenclatura dos equipamentos, qualidade dos atendimentos, indicadores de avaliação e resultados.**
-
- Acerca da assistência social, julgue os itens subsequentes.
- 117 O SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, por conseguinte, operam a proteção social não contributiva no âmbito da seguridade social. **JUSTIFICATIVA – A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, executada de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a CF, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira. Em termos gerais, o SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.**
- 118 A concessão e o financiamento dos benefícios eventuais, ou seja, aqueles destinados a complementação dos serviços de proteção social especial, são de responsabilidade exclusiva do governo federal. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 8742/1993 – LOAS. Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. § 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.**
- 119 As entidades e organizações de assistência social incluem as organizações que prestam atendimento aos beneficiários da política de assistência social de forma continuada e planejada, por meio da concessão de benefícios de prestação social básica ou especial. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 8.742/1993, art. 3.º - Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. § 1.º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.**
- 120 Os projetos de enfrentamento à pobreza visam, prioritariamente, incluir as famílias pobres nos programas de transferência de renda. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 8742/1993 – LOAS. Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.**

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo são princípios fundamentais constantes do atual código de ética dos assistentes sociais. Com base nesses princípios, redija um texto dissertativo acerca de direitos humanos e compromisso ético-profissional dos assistentes sociais, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ concepção de direitos humanos defendida pela categoria profissional de assistentes sociais. [valor: 6,25 pontos]
- ▶ articulação entre defesa dos direitos humanos e compromisso ético-político dos assistentes sociais. [valor: 6,25 pontos]

RESPOSTA PADRÃO

2.1 Concepção de direitos humanos defendida pela categoria profissional de assistentes sociais

A luta pela materialização dos direitos humanos assume valor estratégico ao contribuir para a denúncia das desigualdades e das diferenciadas formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela maioria da população. A compreensão das expressões de desrespeito aos direitos humanos na sociedade brasileira, em uma perspectiva crítica e de totalidade, requer a contextualização do cenário de desigualdades da sociedade capitalista, haja vista a desigualdade ser resultado da divisão de classes entre quem detêm os meios de produção e as trabalhadoras e trabalhadores que vendem a força de trabalho para garantir sua sobrevivência.

De acordo com o artigo "Avanços e luta pelos direitos humanos", publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na Revista Inscrita n.º 8, a concepção de direitos humanos defendida pelo conjunto CFESS-Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) tem como principais pressupostos:

- 1) A compreensão dos direitos humanos como algo que não se restringe aos direitos civis e jurídico-políticos, mas que diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- 2) A superação da visão legalista dos direitos, trazendo-os para âmbito da luta de classes e das contradições inerentes à (re)produção das relações sociais capitalistas. Não se trata apenas de uma oposição ideológica ao liberalismo (que busca equacionar juridicamente a questão das desigualdades sociais), mas, principalmente, de uma compreensão crítica que desvele a impossibilidade concreta de objetivação dos direitos para todos os indivíduos sociais. Isso supõe, evidentemente, uma crítica ao pilar das declarações burguesas de direitos: a propriedade privada.
- 3) A compreensão crítica radical dos direitos humanos na sociedade contemporânea que instrumentalize uma atuação realista, desmistificando as concepções liberais que naturalizam as desigualdades e as visões abstratas que tratam o homem ou a dignidade humana sem levar em conta as particularidades históricas em que a humanidade se (des)constrói.
- 4) A necessidade de uma articulação com os movimentos de defesa dos direitos humanos, vinculando-a com a questão social, com as políticas públicas.
- 5) A compreensão das especificidades da luta pelos direitos humanos no âmbito das entidades profissionais como o conjunto CFESS-CRESS, articulando-a com os eixos fiscalização, capacitação e denúncia (CFESS, 2012, p. 37, com adaptações).

Nesse horizonte, parte-se do entendimento de que a luta pela garantia de direitos exige atitude anticapitalista, o que implica colocar-se ideológica e praticamente contra o sistema de desvalores liberal-burgueses.

2.2 Articulação entre defesa dos direitos humanos e compromisso ético-político dos assistentes sociais

O fortalecimento do debate sobre ética e direitos humanos e as suas implicações ao serviço social, mediante tratamento teórico-político fundado em uma perspectiva histórica e de totalidade, favorecem o conhecimento das reais condições de vida da população e a defesa intransigente dos seus direitos. Considerando-se os segmentos historicamente oprimidos e ausentes do circuito dos direitos humanos, torna-se necessário, como ação estratégica, dar visibilidade a suas reivindicações, rompendo-se o silêncio sobre variadas formas de opressão consolidadas na sociedade e, em particular, no cotidiano das diferentes instituições, espaços de trabalho do assistente social.

A direção social do projeto ético-político profissional supõe o amadurecimento teórico-crítico em relação aos limites da luta pelos direitos humanos, a partir de sua possibilidade real na sociedade, tendo-a como uma ferramenta estratégica complementar na construção de uma nova ordem. Isso requer apostar no potencial do discurso e do movimento pelos direitos humanos e, sobretudo, em uma atuação em defesa da efetivação da universalização dos direitos não circunscrita apenas aos marcos da normatividade legal.

É preciso evitar a ilusão jurídica dos direitos humanos e lembrar que os direitos civis e políticos, que viabilizam a sociedade burguesa, são um patamar necessário; porém apenas um ponto de partida para intervenções mais abrangentes e efetivas na totalidade da vida social. Logo, a profissionalidade deve se desenvolver nos marcos da indivisibilidade dos direitos, seja porque o sujeito a que se referem os direitos é uma totalidade una e indivisível, seja porque a negação dos direitos econômicos, sociais e culturais inviabiliza a realização dos direitos civis e políticos (e vice-versa).

Assim, os direitos humanos podem ser situados em relação ao projeto ético-político do serviço social como um campo de possibilidades de luta emancipatória a ser realizada coletivamente.

VINAGRE, M. PEREIRA, T. M. D. **Ética e direitos humanos. Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores**. CFESS: 2007.